

# **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS – PARCERIA ENTRE A PM/GO E POPULAÇÃO E SEUS RESULTADOS**

COMMUNITY POLICY OF THE STATE OF GOIÁS - PARTNERSHIP AMONG THE PM / GO AND POPULATION AND ITS RESULTS

JUNIOR, Erson Novaes<sup>1</sup>  
REZENDE, Edmundo Carneiro de<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho teve como intuito mensurar a importância, o conhecimento pela população e os efeitos obtidos com a parceria entre população e polícia. A polícia comunitária quando bem orientada, implantada e aceita, traz mudanças significativas nos índices de criminalidade, sensação de proteção na comunidade e bem estar geral. O trabalho foi dividido em uma parte de metodologia, onde se revisa definições na literatura e outra parte, foi feita uma pesquisa na cidade de Morrinhos/GO do índice de satisfação e conhecimento da população dos projetos desenvolvidos pela Polícia Comunitária de Goiás. A população da cidade foi ouvida onde deram sugestões para melhoria nas questões de polícia comunitária onde foi sugeridas ideias de modelos para melhor proximidade da comunidade e da Polícia Militar.

**Palavras-Chaves:** Polícia Comunitária. Comunidade. Parceria. PROERD. Patrulha Maria da Penha. Patrulha Rural.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study was to measure the importance, knowledge and population effects of the partnership between the population and the police. Community policing, when well targeted, implemented and accepted, brings significant changes in crime rates, a sense of community protection, and overall well-being. The work was divided in a part of methodology, which reviews definitions in the literature and another part, a survey was made in the city of Morrinhos / GO index of satisfaction and knowledge of the population of the projects developed by the Community Police of Goiás. The population of the city was heard where they gave suggestions for improvement in the issues of community policing where ideas of models were suggested for better proximity of the community and the Military Police.

**Keywords:** Community Policing. Community. Partnership. PROERD. Patrulha Maria da Penha. Rural Patrol.

---

<sup>1</sup> Erson Novaes Junior, aluno do Curso de Formação de Praças, Morrinhos, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, ersonpba2009@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor Orientador, Edmundo Carneiro de Rezende, professor no Programa de Pós Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, carneiro.edmundo@gmail.com, Morrinhos – GO, Maço 2018.

## **1. INTRODUÇÃO**

O surgimento da polícia comunitária aconteceu inicialmente nos países da China e do Japão. Posteriormente, foi adotada pelos Estados Unidos, Europa e Argentina.

Na década de 80 o modelo de policiamento começou a surgir no Brasil, se destacando nos estados de São Paulo e no Espírito Santo. As experiências dos dois estados foram diferentes, mas todas tiveram um fator em comum: o fortalecimento da comunidade nas questões de segurança, não só nos debates, como também na responsabilidade da segurança em sua localidade. A aproximação entre polícia e comunidade tornou possível o atendimento da necessidade de segurança de forma reativa e também proativa.

Em um breve histórico, vamos conceituar a Polícia Comunitária e suas vantagens para o contexto geral da segurança pública, com ênfase no estado de Goiás e suas várias formas de atuação junto à população. Por ser um assunto de extrema importância para a evolução da relação entre polícia e cidadão, mostraremos também, os resultados satisfatórios que esse tipo de policiamento vem mostrando a sociedade.

O apoio e a cooperação mútua, entre polícia e cidadão, vêm contribuindo muito para melhoria do desempenho da polícia na segurança pública, sendo assim possível, deslumbrar uma melhora na comunicação e confiança da comunidade nos agentes responsáveis pela segurança.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA**

A Polícia Militar de Goiás (PMGO), no âmbito de suas atribuições, porta a permissão do uso da força e de armas para manter a paz social e assegurar aos indivíduos a seguridade de seus direitos fundamentais e constitucionais. Sendo assim, o chamado “poder de polícia”, aplica a lei com coercibilidade ou não. Contudo, na história da Polícia, tradicionalmente falando, com seu treinamento militar de guerrilhas voltadas para proteção e a ordem, a polícia teve seu início marcado pela concentração de autoridade policial e certa hostilidade que permeavam sua relação com a comunidade geral.

O velho profissional não estava especialmente interessado em ouvir o público leigo, inclusive os empresários, sem falar dos representantes dos grupos minoritários. O velho profissional via-se a si mesmo como alguém que havia recebido treinamento avançado nas complexidades do código penal, na lei do reviste-e-prenda, no uso de

armas de fogo, nas táticas de interrogatório e nos pontos delicados de quando e onde aplicar o cassetete. Seu treinamento, ele pensava, não exigia informação adicional vinda dos membros da comunidade. (BAYLEY E SKOLNICK, 2002, p.225)

Conforme um breve levantamento histórico, podemos observar novos padrões de violência urbana surgindo em meados dos anos 60 a 70 nos países desenvolvidos, permitindo assim o surgimento de uma ideia de que um novo modelo de policiamento deveria surgir, o policiamento comunitário. Os países pioneiros foram EUA, Canadá, Japão e Brasil, logo após, países como Cingapura, Dinamarca e Austrália também aderiram ao novo modelo. No Brasil, nos últimos 18 anos, o policiamento comunitário vem obtendo ótimos resultados, período no qual o policiamento comunitário está sendo implementado.

No ano de 1996, iniciou-se um intercâmbio entre Brasil e Canadá para a troca de experiências e um maior incentivo, por parte do Governo Federal, também, quando criou o Programa Nacional de Direitos Humanos, ressaltando a necessidade de um novo modelo de policiamento.

No ano de 2002, projetos e cursos de polícia comunitária foi alvo de investimento pelo Governo Federal. O Estado de Goiás foi pioneiro na implantação da polícia comunitária, chegando a ganhar em primeiro lugar o Concurso Motorola de Projeto de Polícia Comunitária em 2005. Desde então, o Estado vem implantando nas diversas cidades do interior goiano o modelo descentralizado de polícia comunitária, sempre inovando na formação de seus agentes de segurança e atuando de forma ampla e amigável nas diversas comunidades que compõem o Estado de Goiás.

A PMGO utiliza o Procedimento Operacional Padrão (POP 210), para padronizar as ações que antes eram isoladas. Dentro da padronização podemos citar: patrulhamento em determinada área sempre com os mesmos agentes para consolidar as parcerias e vínculos com a comunidade, resolução preventiva dos problemas após conversas ou reuniões de bairro ou localidade, com o intuito de manter constante comunicação com a comunidade e prevenir ações criminosas a curto e longo prazo, tudo em parceria com os moradores locais, autonomia com responsabilidade para que cada policial passe atuar como chefe de polícia local, resolvendo conflitos e demais demandas da comunidade com agilidade.

É preciso deixar claro que “Polícia Comunitária” não tem o sentido de assistência social, mas sim o de participação social. Nessa condição entendemos que todas as forças vivas da comunidade devem assumir um papel relevante na sua própria segurança e nos serviços ligados ao bem comum. Acreditamos ser necessária esta ressalva, para evitar a interpretação de que estejamos pretendendo criar uma nova polícia ou de que pretendamos credenciar pessoas extras aos quadros da polícia como policiais comunitários. (DALBOSCO, 2013, p. 89).

Sobre a estratégia organizacional da polícia comunitária do Estado de Goiás, temos princípios fundamentais instituídos como uma nova maneira de pensar em segurança,

envolvendo todo efetivo policial, buscando ideias e traduzindo em soluções aos anseios da comunidade.

A participação da comunidade em parceria na segurança pública traz confiança e interação, baseados em respeito mútuo e ético, sinceridade e respeito.

De acordo com Bayley e Skolnick (2002, p.41) “No contato com a comunidade há coisas que são mais importantes do que resolver um crime. Vemos os chamados especialistas: percepção do serviço, percepção de estar cuidando das pessoas, percepção do comprometimento com a comunidade”.

A estrutura organizacional em si é descrita no Regimento Interno do Centro de Polícia Comunitária – CPCOM, através da Portaria nº 3495/2013 e é diretamente subordinado ao Chefe do Estado Maior Geral que é o responsável pelo planejamento, desenvolvimento, monitoramento, estatísticas e agregação de condições para o funcionamento da polícia comunitária no estado. Dentre os principais programas comunitários, abordaremos o PROERD, Patrulha Rural e Patrulha Maria da Penha.

## **2.2 PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS)**

É um programa preventivo contra as drogas e a violência de crianças e adolescentes em idade escolar, bem como, conscientização das famílias. Esse campo de atuação de prevenção foi iniciado nos EUA, no ano de 1983, com o nome “DARE” (Drug Abuse Resistance Education), o projeto foi criado em conjunto com o Departamento de Polícia, Distrito Escolar de Los Angeles e a pedagoga Ruth Rich, que formaram material didático adequado a crianças de 9 a 12 anos de idade. O projeto serve de base para vários países e seu material didático sofre modificações com a realidade própria dos países em questão.

No Brasil, esse programa teve início em 1992, no estado do Rio de Janeiro, com o nome de PROERD. Já em Goiás, foi implantado em 1998, quando então foi sancionado o Decreto nº 4.877 de 24 de março de 1998, instituindo o Programa Educacional de Resistência às Drogas do estado de Goiás (PROERD-GO), em iniciativa e esforço cooperativo entre o Gabinete Militar da Governadoria, a Secretaria de Educação e Cultura e Polícia Militar junto a instituições de ensino público do estado.

A metodologia conta com aulas, uma vez por semana, durante o semestre letivo. Ministrada por policiais militares fardados e desarmados, que abrange vários temas de boa convivência da sociedade, temas muitas vezes, além da temática violência – drogas, com

discursões construtivas e interativas que exploram a potencialidade dos alunos e envolvimento da família na conscientização.

Segundo dados do PROERD-GO (2010), o programa tinha 90 instrutores e atendia cerca de 151 municípios goianos, com atendimento a 500 mil crianças em todo o estado. Atualmente, atende 692 mil crianças e adolescentes pelo programa.

O programa não conta com orçamento exclusivo e é mantido por parcerias da iniciativa privada, ONGS e instituições governamentais.

### **2.3 PATRULHA RURAL**

De acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010, a população rural de Goiás é de 582.976, distribuídas em 256 municípios, sendo a cidade de Padre Bernardo a maior cidade goiana, com 16.895 habitantes em sua zona rural.

O desenvolvimento do agronegócio no estado, bem como o aumento de maquinários e diversas tecnologias e modernidades utilizadas na pecuária e agricultura, vem aumentando significativamente roubos, furtos e outros tipos de violência na zona rural.

Desde meados dos anos 90, a PMGO desenvolve a Patrulha Rural. Em 2015, deu-se o início ao georreferenciamento rural do estado de Goiás, que é uma nova modalidade de policiamento utilizando inovações tecnológicas em prol de uma maior rapidez e eficiência em ações policiais nas zonas rurais. A cidade escolhida foi Catalão-GO, para o início da efetivação do Plano Estadual de Segurança Comunitária Rural por quadrantes, em novembro de 2015.

O trabalho se dá, de início, em uma visita a propriedade rural. O policial militar arrecada informações, tira fotos que identificam os bens existentes na mesma, como foto da marca do gado, maquinário e insumos agrícolas, procurando sempre estabelecer um vínculo de confiança e característico de um policiamento comunitário. Em seguida, lança todas as informações e coordenadas de GPS (localização da propriedade rural por satélite) em um banco de dados que ajudará nas ações preventivas, na rapidez e agilidade no atendimento a ocorrências e prevenção ao crime em geral.

### **2.4 PATRULHA MARIA DA PENHA**

A missão da Patrulha Maria da Penha é garantir o cumprimento das medidas protetivas de urgência determinadas pela Justiça, em conformidade à Lei Maria da Penha. A patrulha já operava em Goiânia desde março de 2015, sem regulamentação.

Em Goiás, por meio do decreto nº 8.524, de 05 de janeiro de 2016, foi instituída, no âmbito da Polícia Militar do Estado de Goiás, a Patrulha Maria da Penha, encarregada do policiamento ostensivo de segurança específica para o atendimento qualificado às ocorrências de violência doméstica contra a mulher, integrada à Rede de Atendimento à Mulher.

Atualmente são atendidos 24 municípios goianos: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Posse, Águas Lindas, Anápolis, cidade de Goiás, Caldas Novas, Catalão, Formosa, Goianésia, Iporá, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mineiros, Novo Gama, Planaltina, Porangatu, Rio Verde, Santo Antônio do Descoberto, Senador Canedo, Trindade e Valparaíso.

A Patrulha Maria da Penha além de realizar acompanhamentos para fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas de urgência, executa prisões em flagrante através de denúncias e ainda realiza visitas solidárias. Estas visitas servem para mostrar apoio direto as vítimas de violência doméstica e estreitar vínculos de confiança. São abordados assuntos como divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia, etc. As mulheres se sentem apoiadas e grande parcela prossegue com a denúncia e, posteriormente, resgatam suas vidas e sua integridade. É um atendimento especializado que tem mostrado grande eficiência em sua atuação.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia empregada no presente artigo foi de pesquisa quantitativa, sendo assim, os dados foram obtidos através de coleta, análise e verificação de dados. O método escolhido foi à aplicação de questionários, com perguntas objetivas e claras, sendo assim, foi escolhido um total de cem moradores da cidade de Morrinhos – GO.

Além disso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica com análise documental, portanto, os dados obtidos foram mediante livros, documentos e artigos. Piana (2009) cita que, a pesquisa exploratória diz respeito à caracterização da problemática no intuito de caracteriza-lo.

Segundo Piana (2009), a pesquisa de campo é um ato de investigação voltado para o conhecimento do desconhecido em um determinado caso.

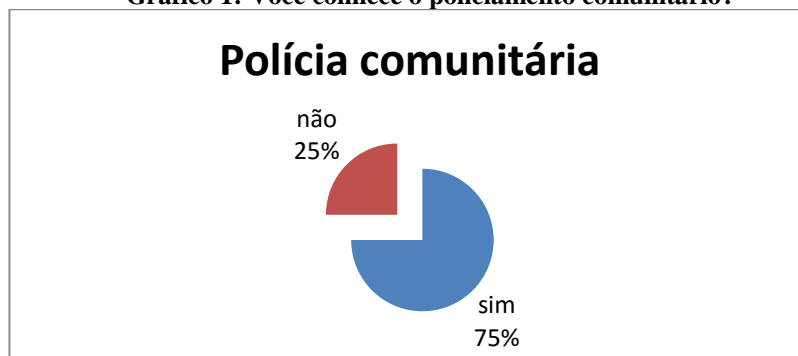
As perguntas formuladas obtiveram uma resposta direta e objetiva, é também, discursiva e optativa. Por fim, foram escolhidos cinquenta comerciantes locais vinte alunos do

Colégio Militar de Morrinhos – GO, dez produtores rurais da região, dez moradores e dez pessoas atendidas pelo CRAS – Morrinhos.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, os questionários aplicados demonstraram os seguintes resultados:

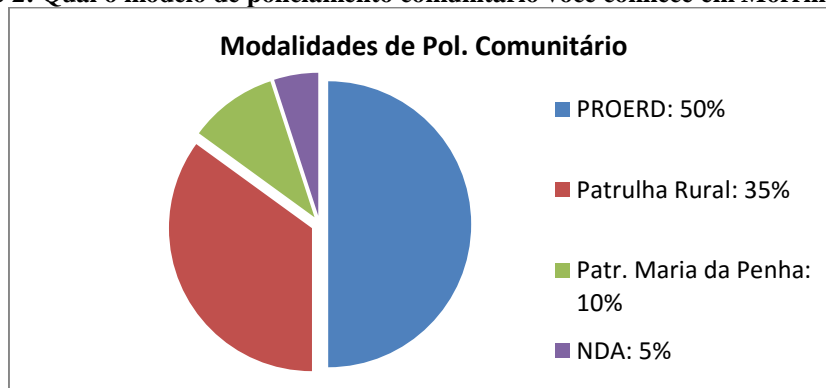
**Gráfico 1: Você conhece o policiamento comunitário?**



Fonte: (O Autor, 2018)

Os entrevistados revelaram um bom conhecimento do policiamento comunitário, fato que sinaliza o constante serviço à comunidade, considerando a comunicação e o reconhecimento por parte da população e a forte relação estabelecida entre os policiais da cidade de Morrinhos/GO aos moradores da região.

**Gráfico 2: Qual o modelo de policiamento comunitário você conhece em Morrinhos/GO**



Fonte: (O Autor, 2018)

O modelo de policiamento comunitário mais conhecido se revelou como o PROERD, com resultado de metade dos 100 entrevistados, seguido da Patrulha Rural, com 35% no total.

O município de Morrinhos/GO conta com um Colégio Militar, fato que contribui para a disseminação do modelo de policiamento comunitário PROERD e seu trabalho nas escolas municipais, estaduais e privadas frente à população.

A Patrulha Rural apesar de vir em segundo lugar, demonstra ser de conhecimento um pouco mais antigo, por parte da população, devido à observação da faixa etária dos entrevistados.

Os 10% que revelaram ter conhecimento sobre a Patrulha Maria da Penha tem percentual de 5% revelados não serem naturais do município de Morrinhos/GO e lamentaram o fato de não haverem ainda sido implementado essa modalidade de policiamento.

**Gráfico 3: Você confia no policiamento comunitário como forma de prevenção a criminalidade?**



Fonte: (O Autor, 2018)

O resultado foi extremamente satisfatório e revela o nível de sincronia e confiabilidade que a população de Morrinhos/GO deposita na Polícia Militar. O policiamento comunitário é tido como prevenção adicional à criminalidade. Segundo os entrevistados, a modalidade comunitária “humaniza a prevenção”.

**Gráfico 4: Nos tempos atuais, a internet se tornou um meio de comunicação rápido e acessível a toda população. Você gostaria de comunicar denúncias, suspeitas e até ocorrências, através do Whatsapp, com a Polícia Militar? De forma rápida e sigilosa?**

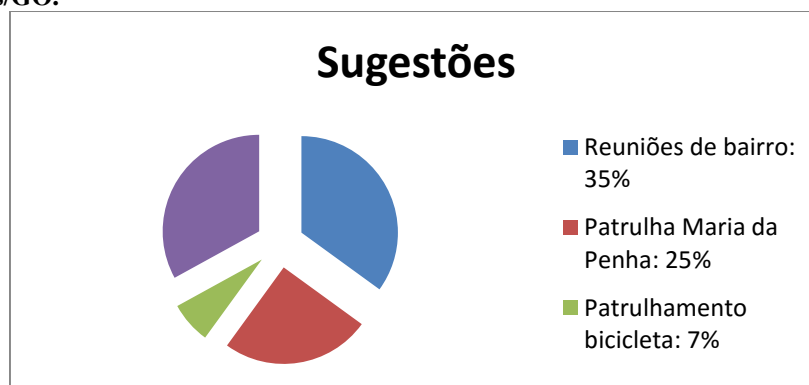


Fonte: (O Autor, 2018)

A avaliação gerou dúvidas quanto o sigilo no caso de denúncia. Houve questionamentos sobre quem teria acesso as denúncias, se seriam os próprios policiais (como

acontece nos COPONS) ou atendentes estranhos à corporação. Os entrevistados de faixa etária jovem tiveram aceitação mais rápida e afirmativa.

**Gráfico 5: Dê sugestões para a melhoria e evolução do policiamento comunitário na cidade de Morrinhos/GO.**



Fonte: (O Autor, 2018)

Dentre os fatores abordados como sugestão para melhoria do policiamento comunitário no município, os principais assuntos destacados pela comunidade morrinhense são: aumento do número de reuniões de bairro, com 35%; a implementação da Patrulha Maria da Penha, com 25%; criação do patrulhamento por bicicleta, com 7% e comunicação direta com a PM através de aplicativos de aparelhos celulares, com 33%.

Esse aumento de reuniões de bairro seria uma oportunidade de prevenção à criminalidade mais eficiente. Uma boa comunicação e de forma frequente valoriza a relação de policiais e cidadãos e torna mais ágil a prestação da PM em resolver e prevenir crimes. Assim como o aumento de reuniões de bairro atende as necessidades mais urgentes, a Patrulha Maria da Penha atenderia as necessidades de um grupo minoritário e de forma especializada.

O patrulhamento a bicicleta foi citado no patrulhamento de parques e áreas de caminhada e ainda no apoio a prevenção de crimes, gerando segurança da população ao praticar seus exercícios físicos.

O uso de aplicativos de celulares não foi citado pelos entrevistados de faixa etária maior e quando citado sofreu resistência por desconfianças no sigilo de informações repassadas, mas foi bem aceita pelos demais entrevistados que tiveram em mente a rapidez na atuação do combate ao crime.

A pesquisa revelou uma comunidade ciente de seus direitos e deveres, consciente da excelência do trabalho da PM na região e totalmente disposta a colaborar.

Revelou ainda, que a comunicação é o caminho para a evolução de qualquer aspecto de prevenção a criminalidade e que a população se mostra aberta a isso. Não foi rara a percepção do exemplar serviço da Polícia Militar com a comunidade.

## Anexo 1 – Questionário:

<b>Questionário Polícia Comunitária</b>	
1 . Você conhece policiamento comunitário?	
( ) Sim	
( ) Não	
2. : Qual o modelo de policiamento comunitário você conhece em Morrinhos?	
( ) PROERD	
( ) Patrulha Rural	
( ) Patrulha Maria da Penha	
( ) Nenhuma opção	
3. Você confia no policiamento comunitário como forma de prevenção a criminalidade?	
( ) Sim	
( ) Não	
4. : Nos tempos atuais, a internet se tornou um meio de comunicação rápido e acessível a toda população. Você gostaria de comunicar denúncias, suspeitas e até ocorrências, através do Whatsapp, com a Polícia Militar de forma rápida e sigilosa?	
( ) Sim	
( ) Não	
5. Dê sugestões para a melhoria e evolução do policiamento comunitário na cidade de Morrinhos – GO.	
	_____
	_____
	_____

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada pela minha pessoa junto aos cidadãos do município de Morrinhos/GO revelou uma comunidade ciente de seus direitos e deveres, consciente da excelência do trabalho da PM na região e totalmente disposta a colaborar.

Revelou ainda que a comunicação é o caminho para evolução de qualquer aspecto de prevenção a criminalidade e que a população se mostra aberta a isso.

Não foi rara a parabenização a corporação pelo exemplar serviço prestado a comunidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1-SOARES (2003), Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. Estudos Avançados,17(47),2003.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a05v1747.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2018.

2-SILVA, Anelise Fróes da; Sepúlveda, Andrea. Direitos Humanos: diálogo entre policiais e comunidade no contexto de pacificação no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 8, n. 1, fev./mar. 2018. Disponível em:<<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/363>> Acesso em: 19 mar. 2018.

3-SILVA(2017), Carlos Francisco Galdino Da. Georreferenciamento rural e sua relação com o decréscimo da criminalidade na área circunscricional do 12º BPM / Iporá – GO

4-GOIÁS, Decreto nº 8.524, 5 de janeiro de 2016. Institui, na Polícia Militar, a Patrulha Maria da Penha e dá outras providencias. Goiânia, 2016.

5- GOIÁS, Portaria nº 3495, 2013. Cria o Centro de Polícia Comunitária – Cpcom e dá outras providencias. Goiânia, 2013.

6- GOIÁS, Decreto nº 4877, 24 de março de 1998. Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD na PMGO. Goiânia, 1998.

7-BAYLEY, David H; Padrões de Policiamento – Uma análise comparativa internacional. NEV- Núcleo de Estudo da Violência USP,2002

8-BAYLEY, David h; SKOLNICK, Jerome H. Nova Polícia- Inovações nas Polícias De Seis Cidades Norte-Americanas. NEV- Núcleo de Estudos da Violência USP, 2002